

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Teologia e Filosofia Dom João Resende Costa – Departamento de Teologia

Carlos Alberto Motta Cunha

A TAREFA PÚBLICA DA TEOLOGIA

Belo Horizonte

2024

Carlos Alberto Morra Cunha

A TAREFA PÚBLICA DA TEOLOGIA

Projeto apresentado ao Programa de Graduação do
Instituto de Filosofia e Teologia Dom João Resende
Costa da Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais.

Número do Projeto: 2023/29467

Orientador: Carlos Alberto Motta Cunha

Belo Horizonte

2024

Caminhos possíveis para a tarefa pública da teologia*

Carlos Alberto Motta Cunha**

1. Introdução

Em um contexto de tensão diante da crise civilizatória, novos desafios se impõem à teologia obrigando-a a um alargamento do seu conceito e de sua tarefa. Pensar de forma complexa e em uma relação transdisciplinar, transcultural e transreligiosa com as demais ciências e saberes passa a ser uma obrigação para qualquer esforço teológico que almeje relevância atual. Os novos tempos exigem um novo paradigma teológico, que permita integrar em seu discurso as novas perguntas emergentes.

O momento atual de profundas transformações e com enormes desafios, acentuado pelo tempo pandêmico, provoca à teologia a se colocar no espaço público diante dos questionamentos provenientes de uma nova realidade, as quais é impossível ignorar ou colocar-se à margem. As próprias ciências são conscientes da limitação dos seus paradigmas diante da complexidade de seus objetos de reflexão e não seria diferente com a teologia. Urge a necessidade de reconstrução de uma epistemologia teológica capaz de dialogar com o mundo atual.

A tensão está presente entre a esfera eclesial e a esfera pública. Ela é intermediada por um lugar fronteiro que permite a teologia se situar entre a confessionalidade e a pluralidade de convicções da sociedade. Estamos diante do desafio de mostrar o alcance público da teologia e a sua palavra resgatando a sua especificidade prática. Pelo fato de constituir um *logos* específico, a teologia não exige mais a colocação dos seus fundamentos, que inclui, evidentemente, referências confessionais, mas, antes disso, a referência da razão que afirma conhecer, isto é, estabelecer comunhão, de modo relacionado à fé.

Assim, o itinerário deste breve artigo consiste em: primeiro, mostrar biblicamente como a encarnação é um ato público de Deus; segundo, oferecer noções básicas sobre a teologia pública e, terceiro, de forma propositiva, apontar caminhos possíveis para a tarefa pública de uma teologia consciente, inconclusa e criativa.

* Esse é um dos capítulos do livro: CUNHA, Carlos Alberto Motta; VELIQ, Fabrício; MELLO, Elisa Cristina de; CARMO, Solange Maria do. (Orgs.). Teologia e contemporaneidade. Belo Horizonte: Fique Firme; Porto Alegre: Editora FI, 2023, p. 140-159.

** Doutor em Teologia com pós-doutorado em Teologia Sistemática pela FAJE, professor adjunto do Departamento de Teologia da PUC Minas e no ISTA, pesquisador e coordenador do grupo de pesquisa Teologia e Contemporaneidade (CNPq).

2. A encarnação como ato público de Deus

A encarnação do Filho de Deus é um ato público do amor do Pai por sua criação. Deus apresenta o seu Filho ao mundo como obra do Espírito (Lc 1,35; Mt 1,20), portanto, Jesus está cheio do Espírito desde o seu início de sua vida. Sobre Ele desce o Espírito por ocasião de seu batismo (Mc 1,9-11; Lc 3, 21-22; Jo 1,32-33) e, sentindo-se ungido pelo Espírito, lança o seu programa messiânico (Lc 4,18). É o Espírito que o “impela ao deserto” (Mc 1,12) e de lá volta “na força do Espírito para a Galileia” (Lc 4,14). O Espírito constitui aquela força (*dynamis*) e aquela autoridade (*exousía*) com as quais opera milagres e gestos libertadores (Mc 3,20-30).

O ato público de Jesus Cristo é transparente e manifesto. Em oposição às coisas secretas, o seu discurso e os seus feitos vêm a público e podem ser ouvidos e vistos por todas as pessoas. “Eu tenho falado francamente ao mundo; ensinei continuamente tanto nas sinagogas como no templo, onde todos os judeus se reúnem, e nada disse em oculto”, afirma Jesus ao sumo sacerdote Anás (Jo 18,20). Jesus pregava (Mc 6), ensinava (Mt 5), discutia (Lc 19, 45-46), curava (Jo 9) nas sinagogas, no templo e em espaços públicos.

A teologia cristã, inspirada no ministério do Cristo, é pública por força de sua própria reivindicação. A missão de Deus confiada a Jesus é pública assim como pública é a missão dada por Jesus aos seus discípulos. Ela não se reduz somente ao discurso, mas inclui também, e fundamentalmente, atos públicos. O que diferenciava o discurso de Jesus da fala vazia dos “falsos religiosos” era a autoridade com que ensinava o caminho do reino de Deus (Mt 7,29). O seu ensinamento estava fundamentado nos seus feitos. Ele pregava o que vivia e, porque vivia o que pregava, produzia empatia nos seus ouvintes. Diferente das palavras vazias jogadas ao vento, a riqueza da fala de Jesus Cristo estava enraizada no compromisso com a vida concreta das pessoas. Nele não havia descompasso entre o fazer e o falar.

No mesmo Espírito do Cristo, a lógica missionária dos seus discípulos testifica sobre as ações que precedem e legitimam a pregação. Por exemplo, a “missão dos setenta”, narrada pelo Evangelho de Lucas, comprova o engajamento dos enviados com a tarefa de testemunhar de forma concreta a boa nova do reino, tais como curar, libertar, ressuscitar, e só depois vem a pregação: “Quando entrardes numa cidade e ali vos receberem [...] *curai os enfermos* que nela houver e *anunciai-lhes*: de vós outros está próximo o reino de Deus” (Lc 10,8-9). A teologia pública envolve missão, serviço, testemunho e pregação. Isso certamente implica coragem e, dependendo do contexto, também um risco real. Por isso, Jesus alerta: “Eis que eu vos envio como cordeiros para o meio de lobos” (Lc 10,3).

As igrejas primitivas também assumiram esse papel. A Igreja cristã, em que Jesus Cristo é o cabeça e os seus discípulos os membros do corpo (1Co 12,12-31), é chamada a ser testemunha pública do amor de Deus ao mundo. Jesus fez o ato e o processo da encarnação se tornarem também os protótipos da missão evangelizadora da Igreja. Como o Pai o enviou, ele envia seus discípulos: “Assim como tu me enviaste ao mundo, ó Pai, também eu envio os meus discípulos ao mundo” (Jo 17,18).

O apóstolo Paulo também entendeu o princípio da encarnação (1Cor 9,19-23). Ele diz: “Sejam meus imitadores, porque eu imito Cristo Jesus” (Fl 3,17). O conselho paulino é uma fonte de inspiração para uma vida cristã engajada. Evangelização é mais que um grito querigmático; é vida querigmática. A vida missionária de Paulo é testemunha disso. Segundo Lucas, na segunda viagem missionária, o apóstolo aos gentios dissertava sobre a soberania de Deus e a manifestação pública do seu amor por meio do seu Filho “na sinagoga entre os judeus e os gentios piedosos; também na praça, todos os dias, entre os que se encontravam ali” (At 17,17).

Há na Bíblia muitas referências que remetem aos feitos públicos de Deus e aos dos seus seguidores. Por uma questão de delimitação na reflexão, limitei-me às passagens do Novo Testamento, mas o mesmo pode ser verificado também no Antigo. As poucas passagens citadas aqui intencionam mostrar a manifestação pública do Deus-Trino entre os humanos. Embora os testemunhos das ações públicas de Deus estejam vinculados às tradições particulares do mundo judaico-cristão, eles não se limitam aí. O “ser público” de Deus transborda para além dos limites da memória privativa e se manifesta de forma viva e dinâmica a todos os seres.

3. Teologia pública

3.1 Conceitos

Desde 1970 se fala de forma mais precisa em teologia pública. Apesar do estranhamento, o conceito “teologia pública” remete para a importância de pensar a natureza do seu conhecimento no esforço de esclarecer a sua legitimidade e legalidade. Segundo Décio Passos:

A designação teologia pública retoma uma dimensão essencial do discurso racional e instituído da fé e beira, por isso mesmo, a redundância verbal. Não há *logos* que não seja público, tendo em vista a consensualidade sobre a qual edifica todo discurso objetivo em sua gênese e estrutura [...] O conceito de teologia pública remete para contextos epistemológicos e políticos que exigem pensar a natureza desse

conhecimento, indissociavelmente dos poderes que a ele conferem legitimidade e legalidade (PASSOS, 2011, p. 58).

Embora não utilizassem o conceito, teólogos e teólogas no decorrer da história da teologia cristã contribuíram para o desenvolvimento daquilo que hoje conhecemos como “teologia pública”. Eles compreenderam o modo público de fazer teologia. Max Stackhouse, por exemplo, chama a atenção para os modos de teologizar: dogmático, polêmico e apologético. No modo dogmático, a teologia se limita à tarefa de articular a fé revelada e a classificação do dogma. Embora seja importante, esse modo não tem um caráter público. Todo o seu trabalho é voltado para dentro da Igreja. Já os modos polêmico e apologético são públicos. Enquanto o polêmico, por meio do diálogo com outros saberes, busca proposições da fé racionalmente acessíveis ao público em geral, o apologético se esforça em desmascarar os falsos ensinamentos. De forma polêmica e apologética é que teólogos de tradições diferentes vêm empreendendo a teologia pública no transcorrer da história (STACKHOUSE, 1997, p. 165-167).

Já para a teóloga estadunidense Linell Cady, a teologia pública tem uma dupla tarefa. Primeiro, “sustentar, interpretar, criticar e reformar uma cosmovisão religiosa particular e sua simultânea maneira de viver” e, em segundo lugar, “contribuir para o melhoramento e a transformação crítica de nossa vida pública” (CADY, 1991, p. 119). Ronald Thiemann também assume os modos propostos quando define a teologia pública como a “fé buscando entender a relação entre as convicções cristãs e o contexto sociocultural mais amplo, no qual a comunidade cristã vive” (THIEMANN, 1991, p. 21). Para Robert Benne, a teologia pública “refere-se ao engajamento de uma tradição religiosa viva com seu ambiente público – as esferas econômica, política e cultural de nossa vida comum” (BENNE, 1995, p. 4). Por fim, L. Adams sintetiza a relação entre os modos dogmático, polêmico e apologético quando afirma que

A teologia pública, portanto, busca uma base encontrada na Escritura e na tradição da Igreja para validar, examinar e oferecer uma crítica da vida pública [...]. Além disso, a teologia pública busca compreender em termos totalmente bíblicos e sistemáticos o sentido da vida pública, o papel de suas várias expressões e instituições e a validade dessas expressões e instituições (ADAMS, 2002, p. 34).

Mesmo apresentando uma elasticidade conceitual, o termo “teologia pública” foi inspirado na utilização pioneira do teólogo luterano estadunidense Martin Marty, em 1974, quando analisou um artigo de Reinhold Niebuhr, *Public Theology and the American Experience*. Marty, Niebuhr ansiava que as Igrejas assumissem a sua tarefa de fazer com que o evangelho da redenção em Jesus Cristo fosse algo concreto entre os indivíduos e nações. O termo “teologia pública”, empregado no seu artigo, expressa a ideia de que a teologia, embora

esteja relacionada às comunidades de fé, não é assunto exclusivamente privado e nem questão de identidade de grupo.

Na ótica de Marty, sob a influência de Niebuhr, teologia pública envolve o esforço de interpretar o lugar público à luz de Deus. É um movimento que vai para além das fronteiras das Igrejas e atinge todos os povos. Do privado, Igrejas, para o público, sociedade em geral, a teologia pública é expressão de comunidades políticas que almejam ser testemunhas especificamente cristãs entre todos os povos. Esse testemunho não se reduz ao discurso, mas, fundamentalmente, é legitimado pelo engajamento cristão em ações concretas no espaço público.

3.2 Tarefas

As Igrejas não são o ponto de referência da teologia pública. A dimensão pública do reino de Deus transborda para além dos espaços eclesiais. Jürgen Moltmann intuiu sobre isto ao afirmar que “Justamente como teologia eclesial, a teologia cristã precisa desdobrar-se em direção a uma *theologia publica* e, conseqüentemente, participar dos sofrimentos, das alegrias, das opressões e das libertações do povo” (MOLTMANN, 2006, p. 81). A teologia enquanto tarefa pública traz à tona as dimensões de sofrimento e alegria, opressão e libertação de um povo sob a luz do reinado de Deus com a humanidade e a criação. A teologia pública é reflexo de Igrejas que publicamente testemunham ao mundo a vinda do reino. Ela “é necessária não apenas para a sua autoapresentação no meio público, mas também para colocar as coisas públicas (*res publica*) na luz do reino vindouro e da justiça de Deus” (MOLTMANN, 2006, p. 81).

A universalidade inerente à teologia pública opõe-se ao privativo, particular, e busca alcançar a totalidade do mundo criado. Inclui aqui não só os seres humanos, mas toda a criação. A oposição que a universalidade faz à particularidade não significa exclusão. Pode-se criticar o caráter contextual de qualquer teologia particular, mas não se pode desmerecer o resgate da experiência de determinados grupos da sociedade como os negros, as mulheres, os indígenas, comunidades homoafetivas e outros. Teologias contextuais, embora não aspirem à universalidade, compõem o dinamismo e a riqueza de uma teologia que conjuga o micro e o macro em sua tarefa. A teologia pública é baseada nas particularidades da fé cristã, abordando, ao mesmo tempo e com a mesma disposição, questões de relevância pública.

David Tracy, como um dos principais representantes do modelo universalista de teologia pública, percebe como o caráter público da teologia está fundamentado na natureza das “questões religiosas”, que perpassam qualquer ser humano em qualquer sociedade. Para Tracy, toda teologia é um discurso público e um desafio para a teologia sistemática. Para demonstrar o caráter público da teologia cristã, o teólogo gera, com base na imaginação analógica, uma nova interpretação do evento Cristo presente nos clássicos religiosos cristãos, ou seja, nos grandes textos da tradição cristã baseados na Bíblia (TRACY, 2004, p. 110).

A experiência primordial do eu com o outro, à luz do evento Cristo, suscita perguntas existenciais que, dada a sua universalidade, implicam em publicidade, diz Tracy. Ao lidar com tais questões, a teologia revela o seu viés público. “Mesmo antes de a doutrina de Deus ser mencionada, o tipo de questões fundamentais às quais ‘Deus’ e outras doutrinas religiosas respondem, já demandam publicidade” E mais: “formular essas questões honestamente e responder a elas com paixão e rigor é a obra de toda teologia” (TRACY apud JACOBSEN, 2011, p. 58).

De forma mais propositiva, para que a teologia desenvolva a sua tarefa pública, ela precisa: 1) Abarcar em seu modo de pensar diferentes confissões de fé e crença de modo micro e macro ecumênico; 2) Participar ativamente com diversos setores sociais, no âmbito partidário político e em agremiações de movimentos sociais, na busca por uma sociedade mais justa e solidária; 3) Dominar uma linguagem inclusiva, que se faça compreender para além dos seus espaços; 4) Dialogar com outras ideias e conceitos, mostrando ao mesmo tempo abertura ao novo sem que para isso precise perder a sua palavra; 5) Interpretar o momento atual com lucidez, conjugando a hermenêutica da Bíblia com a hermenêutica da vida, expressa em um estilo de vida que testemunhe o seguimento de Jesus Cristo.

A teologia pública ensaia sua tarefa à medida que assume uma postura inclusiva, disposta ao diálogo em busca das verdades que são construídas no reconhecimento e na aceitação do outro. Não combina com a teologia pública um comportamento que exige a chancela de autoridade formal e reclama uma sacralidade legitimadora. Tal atitude não só tira a teologia do espaço público como também deixa de ter voz ativa perante as demandas da atualidade.

Se a ideia é colocar a teologia no espaço público de modo relevante, que elementos podem auxiliar esse serviço? Quais as disposições metodológicas necessárias para a tarefa pública da teologia? A seguir aponto três possibilidades.

4. Caminhos possíveis para a tarefa pública da teologia

4.1. Teologia com consciência

O nosso tempo colhe os impactos de novos saberes na compreensão do planeta e do ser humano que são provenientes da Cosmologia, da Astrofísica, da Física quântica e da Biologia evolutiva. E não só isso. O ambiente científico anuncia ao mundo de hoje muitas possibilidades em virtude também dos progressos da Nanotecnologia, da Biotecnologia, da Informática e da Cognética. Assistimos a uma revolução científica que impacta permanentemente a vida humana e a do meio ambiente. O paradigma do pensamento simplificador-interdisciplinar, que serviu à modernidade, entrou em crise por não conseguir responder aos avanços do novo tempo. Hoje, diante do crescimento da tecnociência, um novo referencial complexo-transdisciplinar vai assumindo o seu papel de tentar decifrar a complexidade da vida.

Nas últimas décadas, pensadores como Edgar Morin e Basarab Nicolescu vêm desenvolvendo a ideia do pensamento complexo e transdisciplinar. Morin, por exemplo, relaciona a palavra “consciência” ao pensamento complexo. Para ele, o pensamento complexo é consciente quando busca compreender o que está tecido em conjunto. A consciência permite ao ser humano vivenciar, experimentar e compreender aspectos da totalidade do seu mundo interior e exterior; é a faculdade por meio da qual o ser humano se apercebe daquilo que se passa dentro dele ou em seu exterior. Portanto, não há como olhar para a realidade com profundidade a partir de um pensamento fragmentador (MORIN, 2008, p. 1220).

A correlação consciente permite a interação entre as partes sem que haja a pretensão de um pensamento monolítico. Portanto, fazer teologia a partir desse lugar é optar por uma “teologia com consciência”, isto é, a teologia cristã deve estar disposta ao diálogo com outras áreas da realidade na busca pela integração entre os conjuntos dos seus próprios sistemas, permitindo uma visão ampla, não totalizante, mas mais apurada da vida e uma participação efetiva no espaço público.

A teologia contemporânea está experimentando uma nova configuração que demanda uma maior participação de teólogas e teólogos no serviço ao mundo. A sabedoria teológica é desafiada a contribuir com a “tarefa de humanizar a humanidade e trazê-la de novo para o seu lar” (O’MURCHU, 2000, p. 218). A vida tecida em conjunto reclama uma responsabilidade da nossa parte em cuidar das suas múltiplas manifestações. A teologia não pode deixar de ouvir o “grito da Terra e o grito dos pobres” (BOFF, 2015). Acolher a dor das vítimas de um sistema-

mundo injusto e perverso faz parte de uma teologia que se diz cristã, quer dizer, constitutivamente libertadora.

A teologia com consciência reconhece a riqueza da dinâmica gerada pela ação de diversos níveis da realidade ao mesmo tempo e busca encontros com a contemporaneidade para uma melhor compreensão de si mesmo no e para o mundo atual. Ela é portadora de uma inteligência aberta, disposta a refazer os seus próprios conteúdos quando interpelada pelas demandas da atualidade. A tarefa de rescrever o conteúdo da própria teologia exige também “um novo tipo de teólogo(a) com um novo tipo de consciência, uma consciência multidimensional” (VIGIL, 2011, p. 28). Não há lugar nesse tipo de teologia para formulações dogmáticas indispostas a redizer para a atual geração o valor da substância visada nos símbolos da fé e a formulação cultural do dogma e da tradição. A teologia pública não é uma teologia divorciada da vida concreta das pessoas, mas preocupada com a relevância da boa nova de Jesus Cristo para o mundo.

“O problema da consciência (responsabilidade) supõe a reforma das estruturas do próprio conhecimento” (MORIN, 2008, p. 122). Teologia com consciência da sua responsabilidade eco-humana supõe reforma na maneira como se vê o mundo e no modo de agir nele. O que esperar do teólogo na complexidade da sociedade atual? Que ele tenha consciência da realidade em um empreendimento que envolva a “capacidade de participar de discussões críticas sobre os fundamentos da fé e sobre temas e questões que entrelaçam a fé e as experiências da vida” (ANJOS, 2011, p. 130).

A teologia é consciente quando reconhece os seus públicos, os seus interlocutores. Ao reconhecê-los e se deixar ser interpelado por eles, a teologia se empenha em se fazer relevante para além da confessionalidade, pois entende que o mundo todo é alvo da sua tarefa.

4.2 Teologia inconclusa

Pensamento complexo e transdisciplinaridade caminham juntos. Acolhemos a transdisciplinaridade, como propõe Basarab Nicolescu, em que o prefixo “trans” diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo entre, através e além de qualquer disciplina com o objetivo de compreender o mundo presente na unidade do conhecimento (NICOLESCU, 1999, p. 35). O sentido adotado aqui é aquele que potencializa a ideia de caminhar, de ultrapassar os limites das disciplinas e dos saberes (transdisciplinar), das religiões (transreligioso), das culturas

(transcultural) e de ousar transitar por eles. É com essa imagem em mente que entendemos o quanto a relação transdisciplinar pode ser positiva para a teologia.

Chamamos de “teologia inconclusa” a inteligência da fé disposta a assumir a metodologia transdisciplinar como possibilidade de abertura ao diferente, pela redefinição do seu lugar na vida e do seu papel no diálogo mundial, entre as ciências e as sabedorias, as religiões e as tradições culturais. Trata-se de um saber entre outros saberes. Nesse novo cenário, todos os saberes são inconclusos, limitados, provisórios e complementares. Possibilitar que a teologia esteja colocada ao lado das outras ciências e outros saberes, com o poder de dizer sua palavra específica, pela via transdisciplinar, poderá ser uma contribuição para a reconstituição do sentido que tanto falta ao mundo da “pós-verdade” de hoje.

“Teologia inconclusa” é inacabada. O inacabamento é condição de uma teologia que pretende ser pública. Ela, como uma atividade humana, reflexiva e falível, não se imagina de modo exaustivo ou onibrangente. Os aspectos da vida mudam com o tempo, de modo que o ser humano deve voltar e pensar, de tempos em tempos, quais são as implicações, para o presente, das verdades teológicas percebidas no passado. Se o mundo muda, a teologia enquanto esforço humano muda também. A reflexão sobre a fé que atendeu os anseios de ontem já não é suficiente para responder as demandas de hoje. Não se trata de desqualificar a história da teologia, mas de reforçar a importância de manter o fluxo da atividade teológica correlacionando à revelação e ao tempo presente.

“Os resultados da teologia são sempre provisórios, pois são formulações sempre aproximativas da fé cristã, consequência dos limites dos instrumentos de investigação” (BRIGHENTI, 2014, p. 173). A teologia é inconclusa porque está sempre a caminho, num processo constante de reestruturação diante do dinamismo da vida do humano e do mundo. Para Moltmann:

A promessa divina e a esperança despertada ensinam a toda teologia, que ela necessariamente permanece fragmentária e inacabada, porque ela é o pensar sobre Deus daqueles que se encontram a caminho e que são, portanto, itinerantes e ainda não chegaram em casa. Por essa razão, até mesmo as catedrais e os domos medievais tinham de permanecer inconclusos, para poderem apontar para além de si mesmos (MOLTMANN, 2004, p. 10).

Teologias inacabadas e caminhanças são teologias abertas a encontros alimentados por diálogos com a cultura. O ditado popular diz que “teologia se escreve a lápis”. Não existe revelação não inculturada, portanto, limitada e falível, dotada de uma linguagem aproximativa e sem a pretensão de esgotar a realidade. A consciência da inconclusividade da teologia permite que ela, com humildade, ocupe o espaço público da contemporaneidade, dizendo a sua palavra

de modo maduro e pertinente. Claro que, ao dizer a sua palavra, a teologia também aponta caminhos e propósitos de ações transformadoras. Para isso, é preciso que o teólogo e a teóloga da atualidade estejam dispostos a aceitar, humildemente, esse estado de inacabamento e não tenham a arrogância de pensar que são os donos da verdade. Com este tipo de comportamento, o contemporâneo não tolera mais conviver.

A teologia pública se vê hoje numa situação privilegiada. O caminho transdisciplinar possibilita a ela o privilégio de estabelecer diálogos conceituais e encontros práticos com outras áreas de conhecimento. A ecoteologia, a teologia quântica, teologia indígena, teologia do diálogo inter-religioso, ciberteologia, são alguns exemplos de como a interpretação teológica estende-se a toda realidade e a tudo quanto existe. Estar atento ao giro do mundo atual é indispensável para uma teologia relevante.

4.3 Teologia criativa

O princípio da correlação afirma a necessidade de pensar qualquer realidade juntamente com outra realidade, na medida em que elas se encontram em relação de dependência recíproca. A tarefa do teólogo consiste em participar ativamente da realidade analisando, primeiramente, a situação humana e da criação, utilizando todas as fontes culturais disponíveis na busca de identificar as perguntas existenciais para, num segundo momento, demonstrar que os símbolos cristãos constituem “respostas” aproximativas a tais questões.

O encontro e o diálogo entre o método da correlação e a teologia pública produz uma teologia criativa, capaz de se refazer de maneira nova diante das instâncias da sociedade e para as Igrejas. Uma teologia dotada de tensão criativa, capaz de colocá-la no espaço público segura da sua especificidade epistemológica e, ao mesmo tempo, disposta ao diálogo fecundo com o tempo presente, é desafiada pelas novas configurações dos espaços religiosos.

Independente da área em que o termo esteja aplicado, a criatividade remete à capacidade de inventividade, inteligência e talento do sujeito disposto a mostrar um novo ângulo da realidade. Embora estejam relacionadas, inteligência e criatividade são categorias distintas, como assinala a pesquisadora inglesa Margaret A. Boden. Criatividade é uma extensão da inteligência. A inteligência é a capacidade de armazenar e manejar adequadamente um vasto volume de dados. Já a criatividade é o poder de síntese, ou seja, a faculdade de combinar esses dados para obter algo novo e útil (BODEN, 2004, p. 1-24). Para João Batista Libanio: “Inteligências criativas avançam para além do que leem, em direções diferentes, pelas vias da associação, da inventabilidade, da imaginação criadora” (LIBANIO, 2002, p. 129).

A partir dessa compreensão, a contemporaneidade se caracteriza pelo valor dado à criatividade apesar de ser tão marcada pela uniformidade. É mais fácil e conveniente se submeter ao que já existe do que ousar pensar em algo novo e diferente. A dor do pensar de forma criativa reside no fato de que ele incomoda as instâncias pré-definidas por modelos conservadores, cristalizados. E, porque irrita essas classes mumificadas, a criatividade sofre resistência até perder o seu caráter inovador e se enquadrar no formato da mesmice. Em grupos fechados e formatados, o anulamento e a imposição são características inerentes desta relação doentia.

A contemporaneidade é ambígua. Ao mesmo tempo em que ela propicia um ambiente favorável à criatividade, também resiste aos avanços do próprio pensamento criativo que ajudou a formar. A tendência à uniformidade instalada na sociedade demonstra o quanto a capacidade de inovação esbarra nos limites de interesses de determinadas classes. Na área da educação, por exemplo, e a teologia se encaixa aí, a criatividade sofre resistências. Somos uma geração de muito conhecimento, mas pouca inteligência criativa. Por meio da internet, temos acesso a inúmeras informações, mas pouca capacidade reflexiva para avaliar de maneira ampla a confiabilidade dos dados coletados. Falta-nos o discernimento. Possuir uma carga enorme de conhecimento não faz do sujeito necessariamente um ser criativo. Conseguimos reproduzir o conhecimento alheio, mas, e nós, o que temos a dizer por nós mesmos?

A lógica do pensamento complexo é criativa. Ela supera a hiperespecialização, a fragmentação dos saberes e das disciplinas para pensá-los de maneira transdisciplinar, no conjunto ou no contexto, ligando-os a outro conjunto e contexto, e assim por diante. Os espaços que daí advém não são vazios. Eles não se resumem em binarismos, mas carregam uma potencialidade criativa capaz de criar a novidade. Mais do que um “sim” ou um “não” como possibilidades de respostas, há também, com o Terceiro Termo Incluído, ou seja, uma terceira via: o “sim e não” ao mesmo tempo, próprio do pensamento “trans”. Na relação entre os saberes, em um pensar inclusivo, na percepção das implicações mútuas entre as ideias, a síntese revela a sua força criativa. Diferente do pensar não criativo que opõe, separa e exclui.

A teologia criativa fundamentada no paradigma complexo e transdisciplinar é desafiada a se impor na atualidade de forma inclusiva, dialogal e sem perder as suas bases constitutivas. A cultura imagética de hoje favorece a comunicação simbólica e supera a comunicação meramente linguística, textual. Mais do que transmitir conhecimento, a simbologia comunica experiências “que comportam prioritariamente uma totalidade de sentido à vida humana” (CASTILLO, 2017, p. 25). A teologia cristã é marcada pela riqueza simbólica das suas próprias

categorias e pode, criativamente, oferecer ao mundo sentido existencial tão necessário às gerações desorientadas de hoje.

5. Considerações finais

O pano de fundo metodológico da nossa reflexão é marcado pelo pensamento complexo e transdisciplinar. Nele, a fronteira entre disciplinas e saberes, culturas e religiões é um “entre-lugares” e não um “espaço-limite”. O lugar fronteiro propicia um teologizar consciente, inconcluso e criativo pois comporta um dinamismo interativo entre os sujeitos dialogantes. Paul Tillich, conhecido “teólogo da fronteira”, já intuía no seu tempo (1886-1965) sobre a importância da fronteira na construção teológica: “A fronteira é o melhor lugar para a aquisição de conhecimento” (TILLICH, 1966, p. 13).

Com a crítica decolonial de hoje, a fronteira assume também um ambiente contestador. As margens dos saberes, das culturas e das religiões são habitadas por minorias violentadas e subalternizadas, empobrecidas e silenciadas por empreendimentos hegemônicos vorazes por colonizar corpos e mentes. A história dos “descobrimientos”, ou melhor, “encobrimientos”, testemunham como a cristandade (cristianismo absorvido pelo poder político) fomentou e continua a alimentar uma teologia colonizadora.

Caminhos para a tarefa pública da teologia são possíveis se tivermos a coragem de libertar a própria teologia das amarras colonizadoras. Essa libertação acontece quando a teologia se submete ao exercício de decolonizar as suas ideias e os seus métodos arcaicos próprios de uma inteligência da fé encerrada em uma torre de marfim. Remexer a base da teologia cristã, a partir das demandas do mundo atual e exigir que ela tenha uma palavra/ação efetiva, parece ser fundamental para a tarefa pública da teologia.

O fazer público da teologia requer persistência. Ninguém melhor do que Dom Helder Camara para nos inspirar nesta tarefa com uma palavra final: “Não, não pares. É graça divina começar bem. Graça maior, persistir na caminhada certa, manter o ritmo [...] mas a graça das graças é não desistir. Podendo ou não podendo, caindo, embora, aos pedaços, chegar até o fim” (CAMARA apud SANTOS, 2018).

Referências

- ADAMS, L. *Going public: Christian responsibility in a divided America*. Grand Rapids: Brazos Press, 2002.
- ANJOS, Márcio Fabri dos. Teologia como profissão: da confessionalidade à esfera pública. In SOARES, Afonso Maria; PASSOS, João Décio. (Orgs.). *Teologia pública: reflexões sobre uma área de conhecimento e sua cidadania acadêmica*. São Paulo: Paulinas, 2011.
- ANTONIO, Marcos (Org.). *Cinco minutos com Deus e com Dom Helder Camara*. São Paulo: Paulinas, 2018.
- BENNE, Robert. *The paradoxical vision: a public theology for the twenty-first century*. Minneapolis: Fortress Press, 1995.
- BODEN, Margaret A. *The Creative Mind: Myths and Mechanisms*. 2ed. London: Routledge, 2004.
- BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. rev. amp. Petrópolis: Vozes, 2015.
- BRIGHENTI, Agenor. Natureza, lugar e função da teologia: inovações da teologia latino-americana. In PANASIEWICS, Roberlei; VITÓRIO, Jaldemir (Orgs.). *Espiritualidade e dinâmicas sociais: memória – prospectivas*. São Paulo: Paulinas/SOTER, 2014.
- CADY, Linell. The task of public theology. In THIEMANN, Ronald (Ed.). *The legacy of H. Richard Niebuhr*. Minneapolis: Fortress Press, 1991.
- CASTILLO, José. *A humanidade de Jesus*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- LIBANIO, João Batista. *Introdução à vida intelectual*. 2ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- MOLTMANN, Jürgen. A paixão de Cristo: por uma sociedade sem vítimas. In: *Cadernos IHU em formação: teologia pública*. Ano 2, n. 8. São Leopoldo, 2006. p. 78-82.
- MOLTMANN, Jürgen. *Experiências de reflexão teológica: caminhos e formas da teologia cristã*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. 12ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- NICOLESCU, Basarab. *O Manifesto da Transdisciplinaridade*. São Paulo: TRIOM, 1999.
- O'MURCHU, Diarmuid. *Religion in Exile: A Spiritual Homecoming*. New York: Crossroad, 2000.
- PASSOS, Décio. A construção do conhecimento legítimo: percursos e desafios para a teologia pública no Brasil. *Estudos de Religião*, v. 25, n. 41, jul./dez. 2011, p. 57-76.
- SOARES, Afonso Maria Ligorio; PASSOS, João Décio. (Orgs.). *Teologia pública: reflexões sobre uma área de conhecimento e sua cidadania acadêmica*. São Paulo: Paulinas, 2011.
- STACKHOUSE, Max L. Public Theology and Ethical Judgement. In: *Theology Today*. v. 54, Ed. 2, jul. 1997, p. 165-179.
- THIEMANN, Ronald. *Constructing a public theology*. Louisville: Westminster/John Knox Press, 1991.
- TILLICH, Paul. *On the boundary: an autobiographical sketch*. New York: Charles Scribner's Sons, 1966.

TRACY, David apud JACOBSEN, Eneida. Modelos de teologia pública. In SINNER, Rudolf von; CAVALCANTE, Ronaldo. (Orgs.) *Teologia pública em debate*. São Leopoldo: Sinodal, 2011. p. 53-70. v.1

TRACY, David. *A imaginação analógica: a teologia cristã e a cultura do pluralismo*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

VIGIL, José Maria. (Org.). *Por uma teologia planetária*. São Paulo: Paulinas, 2011.